



CORPO, COLONIALISMO E DIÁSPORA FEMININA NAS OBRAS *ÚRSULA*, DE MARIA FIRMINA DOS REIS E *DESMUNDO*, DE ANA MIRANDA

FEMALE BODY, COLONIALISM AND
DIASPORA IN THE WORKS *ÚRSULA*, BY
MARIA FIRMINA DOS REIS AND
DESMUNDO, BY ANA MIRANDA

CUERPO FEMENINO, COLONIALISMO Y
DIÁSPORA EN LAS OBRAS *ÚRSULA*, DE
MARIA FIRMINA DOS REIS Y *DESMUNDO*,
DE ANA MIRANDA

 10.5935/2177-6644.20220045

Simião Mendes Júnior *

 <https://orcid.org/0000-0003-2660-821X>

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar como se dá a diáspora feminina nas obras *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis e *Desmundo*, de Ana Miranda, investigando questões como a violência e a colonialidade de gênero no contexto de Brasil colônia, partindo das perspectivas propostas pelos estudos de Linda Hutcheon sobre a metaficção historiográfica, de Judith Butler sobre a questão do corpo e de María Lugones sobre colonialidade de gênero, para assim refletir a representação social da mulher dentro do período histórico no qual as obras se inserem, visando entender o processo histórico da diáspora feminina e da violência contra a mulher no período colonial brasileiro.


Palavras-chave: Colonialismo. Diáspora. *Úrsula*. *Desmundo*. Corpo.

Abstract: This article aims to analyze how the female diaspora occurs in the works *Úrsula*, by Maria Firmina dos Reis and *Desmundo*, by Ana Miranda, investigating issues such as violence and gender coloniality in the context of colonial Brazil. , starting from the perspectives proposed by the studies of Linda Hutcheon on historiographical metafiction, Judith Butler on the issue of the body and María Lugones on gender coloniality, in order to reflect on the social representation of women within of the historical period in which the works are inserted, aiming to understand the historical process of the female diaspora and violence against women in the Brazilian colonial period.

Key-words: Colonialism. Diaspora. *Úrsula*. *Desmundo*. Body.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar cómo ocurre la diáspora femenina en las obras *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis y *Desmundo*, de Ana Miranda, investigando cuestiones como la violencia y la colonialidad de género en el contexto del Brasil colonial. desde las perspectivas propuestas por los estudios de Linda Hutcheon sobre la metaficción historiográfica, Judith Butler sobre la cuestión del cuerpo y María Lugones sobre la colonialidad de género, para reflexionar sobre la representación social de la mujer dentro de el período histórico en el que se insertan las obras, con el objetivo de comprender el proceso histórico de la diáspora femenina y la violencia contra la mujer en el período colonial brasileño.

Palabras-clave: Colonialismo. Diáspora. *Úrsula*. *Desmundo*. Cuerpo.

* Doutorando em Estudos Literários pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor de Gramática, Redação e Literatura no Ensino Fundamental II e Ensino Médio nas Redes Estadual e Privada. 
<http://lattes.cnpq.br/6166404482982750> - E-mail: simiao.junior.ufg@gmail.com.

Considerações Iniciais

Publicado em meados do século XIX, *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, foi o primeiro romance de temática abolicionista da literatura brasileira. Uma obra inovadora que, apesar da significativa circulação de sua autora na imprensa literária maranhense, só foi contar com uma reedição apenas em 1975, uma consequência injusta do caráter excludente do cânone literário brasileiro que o tempo cuidou de corrigir, tendo em vista que nos últimos anos tanto autora quanto obra têm recebido reconhecimento por parte da crítica e despertado o interesse do público leitor. Já na contemporaneidade, a autora cearense Ana Miranda relata com seu romance *Desmundo*, de 1996, o deslocamento de jovens portuguesas, as “órfãs da rainha”, para o novo mundo, com fins de matrimônio forçado, evitando a miscigenação do homem europeu com nativas e escravas.

O que essas obras têm em comum, levando em conta os cento e trinta e sete anos que as separam? Essa é a questão a qual o presente artigo visa refletir. Através de levantamento bibliográfico, do diálogo com outros artigos que refletem sobre o mesmo tema e da análise crítico-interpretativa, embasada em estudos da crítica da literatura, da história e da sociologia, além dos estudos feministas e de gênero, este trabalho tem como objetivo fazer uma abordagem de como se dá a representação feminina nas duas obras, com enfoque na questão da corporeidade, da performance, da misoginia, do patriarcalismo e do trato dispensado a essas mulheres em um cenário de Brasil colônia.

Sendo assim, o texto propõe uma análise comparativa da situação da mulher nas duas obras em destaque, interessando-nos pontuar as similaridades e diferenças entre essas representações, buscando entender o que as tornam, de acordo com a definição dada pela teórica Linda Hutcheon em *Poéticas do pós-modernismo* (1991), sujeitos ex-cêntricos ou o que a filósofa Judith Butler (2001) configura como “corpos que não pesam”, trazendo, também, para a discussão as reflexões que a filósofa María Lugones (2008) faz sobre colonialidade e gênero.

Além do deslocamento que Oribela, a personagem central da obra de Ana Miranda, é obrigada a fazer rumo a uma terra, um marido e um destino desconhecidos, discutiremos também a diáspora negra, imigração forçada, por fins escravagistas mercantis que penduraram até o final do século XIX e que é apresentada na romance de Maria Firmina dos Reis, em uma narrativa que não poupa o leitor de todo o terror pelo qual os escravos passaram, tanto nos navios negreiros quanto em terra, principalmente as mulheres, que eram usadas como objeto de prazer, como se pode ver através dos relatos dos personagens da obra, que são dotados de voz e narram suas histórias, assim como a descrição que a protagonista do romance de Ana Miranda faz sobre todo o abuso e violência

de ordem sexual e moral que as órfãs portuguesas sofreram em sua viagem até a chegada à terra prometida, fora o estigma demoníaco atribuído pela igreja a essas mulheres, o que também será retratado no texto.

Em suma, buscamos, com o artigo, identificar a representação de gênero e raça nas obras das duas autoras, além de refletir sobre as condições sociais e literárias da mulher na literatura e na história, tomando para si o seu lugar de fala através das narrativas, que devolvem a essas mulheres o direito de voz que lhes foi retirado por séculos.

Desmundo, romance de Ana Miranda publicado em 28 de junho de 1996 pela Companhia das Letras, narra a trajetória da protagonista Oribela e mais seis jovens órfãs portuguesas que foram enviadas para o Brasil no ano de 1555, pela rainha de Portugal a pedido de Padre Manoel da Nóbrega para se casarem com os portugueses cristãos que se estabeleceram na nova colônia portuguesa. Para a elaboração do romance, Miranda fez uma grande pesquisa, como se pode observar nas referências bibliográficas do livro.

Dividido em dez capítulos, o romance é narrado em primeira pessoa pela personagem Oribela que apresenta para o leitor sua visão sobre o “novo mundo”, e todas as desventuras que sua jornada lhe destinou, como um casamento forçado e a violência que sofre não só durante a viagem como também na chegada ao Brasil colonial. A narrativa proposta por Miranda é um olhar da minoria sobre o contexto histórico brasileiro do século XVI, rompendo o modelo hegemônico da tradição canônica da literatura, que por séculos fez com que a narrativa fosse majoritariamente masculina.

Já *Úrsula* é considerada a primeira obra abolicionista brasileira, antes mesmo dos escritos de Castro Alves, pois foi publicada em 1859. De autoria feminina, a obra sofreu um processo de marginalização e invisibilização até 1962, quando foi descoberta em uma antiga livraria do Rio de Janeiro, tendo sua segunda edição publicada, como já dito, em 1975, ganhando o grande público. Em *Úrsula*, Maria Firmina dos Reis dá voz aos subalternos de maneira inédita tanto na literatura brasileira, quanto em seu contexto histórico, uma vez que a trama central do romance, que é a trajetória da personagem protagonista Úrsula e sua história de amor com um final trágico, ficam em segundo plano, permitindo a análise da autora sobre a escravidão, através dos relatos e do olhar de suas personagens Túlio, Susana e Antero, escravos que passam a ter voz e a assumir a posição privilegiada de protagonismo, transgredindo do lugar de marginalizados para sujeitos dotados de um discurso denunciante de toda a violência e preconceito que sofrem.

Dentre as três personagens citadas, o relato se mostra mais enfático e dramático na fala da

personagem Susana, mais precisamente no capítulo IX, intitulado “A preta Susana”, quando a personagem narra toda a violência com a qual foi tirada de sua terra natal e traficada para uma terra desconhecida, uma narrativa na qual Maria Firmina dos Reis, fazendo uso do termo cunhado pela linguista e escritora brasileira contemporânea Maria da Conceição Evaristo, apresenta uma “escrivência”, escrita que nasce das lembranças, da experiência e do relato de um povo para denunciar a condição do afrodescendente no Brasil.

A diáspora feminina em *Úrsula e Desmundo*

No artigo *Representações da mulher negra nos romances Úrsula e Eu, Tituba, feiticeira... negra de Salem*, de 2014, Jéssica Catharine Barbosa de Carvalho e Alcione Corrêa Alves apresentam o trauma que as personagens Susana, do romance de Maria Firmina dos Reis e Tituba, da obra de Maryse Condé, sofrem na travessia e na condição de escravizadas. Susana, quando jovem; já Tituba, ainda no ventre da mãe. Para fundamentar seu texto, as autoras citam o estudo do escritor, poeta, romancista, teatrólogo e ensaísta francês Édouard Glissant, em sua obra *Introdução a uma Poética da Diversidade* (2005), na qual ele apresenta três tipos de migrantes que são responsáveis de forma direta ou indireta pelo povoamento ou repovoamento das colônias.

O primeiro deles é o migrante armado, aquele que assenta ou conquista algum território. Em seguida, temos o migrante familiar, que é aquele que traz sua cultura e suas tradições para um determinado espaço, ocupando esse território. Por fim, Glissant apresenta o migrante nu, o que sofre o processo de migração à força, contra sua vontade, sendo arrancado de sua terra natal e de seu berço familiar, deixando para trás tudo que havia conquistado e que lhe pertence, sendo este visto como um ser marginalizado, subalterno e, como veremos, como um ex-cêntrico, ou um corpo que não pesa, sem materialidade. É nesse último tipo de migrante que estão os sujeitos marcados pelo sistema escravocrata, como a personagem Susana, de *Úrsula*, ou as órfãs portuguesas mandadas para o Brasil para se casarem com os portugueses que aqui já estavam, como Oribela, protagonista de *Desmundo*.

Aqui, cabe a distinção entre a migração, exílio e expatriação. O migrante é todo aquele que sai de sua terra natal. O exilado é aquele que está impedido de voltar à sua terra por motivos políticos ou ideológicos. Já os expatriados são aqueles que vivem em outros países por motivos pessoais ou sociais. Essa diferença pode ser mais bem entendida na obra *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios* (2001), de Edward Wadie Said. Dentro dessa concepção de Said, o exílio se refere a indivíduos e não é uma questão de escolha, enquanto a diáspora é uma categoria distintiva de

coletividades. Said acredita que o exílio nasceu antes que a diáspora como categoria analítica e como fenômeno social.

Tendo em mente essa distinção, partiremos para a análise das obras. Como podemos ver na comunicação *Deslocamentos para o desmundo: colonialismo e diáspora no romance de Ana Miranda*, feita por Alexandre Veloso de Abreu em evento da Universidade Federal de Santa Catarina, em 2010, temos na obra de Miranda a narrativa que acompanha nos primeiros capítulos um grupo de órfãs portuguesas que é enviado ao Brasil com a missão de catequisar a colônia e impedir a miscigenação e a mestiçagem, uma prática comum no contexto de século XVI, como fica evidente com a presença de um documento histórico presente no romance: a carta do padre Manoel de Nóbrega a D. João, datada do ano de 1552, onde o padre solicita o envio de mulheres portuguesas para se casarem com os portugueses que por aqui chegaram primeiro e que estavam se envolvendo tanto com as nativas quanto com as escravas. Esse procedimento partia de uma política da Igreja Católica de manter o acordo ideal entre o homem branco europeu com a mulher branca que exerceria seu papel de submissa em prol do processo de civilização da colônia portuguesa e de uma sociedade cristã ideal.

Muitas vezes, as mulheres que eram enviadas para as colônias nessas diásporas cristãs não eram voluntariadas, mas, sim, obrigadas. Muitas delas sendo órfãs que viviam em conventos e que tinham como destino o hábito e uma vida voltada a Cristo. Vale ressaltar que a migração para a colônia era, muitas vezes, uma forma de castigo e punição para aquelas pessoas que não eram bem-vindas em Lisboa. Sendo assim, para as colônias portuguesas eram enviados os sujeitos considerados subalternos e marginalizados, como as prostitutas, as órfãs, os mendigos, dentre outros.

Neste contexto, a órfã Oribela, na obra de Miranda, faz a diáspora forçada para o Brasil colônia. E é justamente por ser órfã, que foi escolhida junto a um grupo de outras garotas que, assim como ela, não eram donas de seus destinos. Em uma das passagens, já a caminho da colônia, em meio a um destino incerto onde lhe aguarda um marido desconhecido, Oribela confessa se sentir “escrava” do mar:

Distante de onde fora eu arrancada com muita pena por serem meus pés quais umas abóboras nascidas no chão, minhas mãos uns galhos que se vão à terra e a agarram por baixo das pedras fundas. Aquele era o meu destino, não poder demandar de minha sorte, ser lançada [...] até o fim do mundo [...] a viagem infernal feita dos olhos das outras órfãs que me viam e descobriam, de meus enjôos, das náuseas alheias, da cor do mar e seu mistério maior que o mundo. [...] O mar nos deixa seus escravos, mar que não se pode tomar porto e se fica sendo dele inteiramente (MIRANDA, 1996, p. 15).

Da mesma forma, mas em um contexto diferente, no romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos

Reis, o processo diaspórico dos negros africanos para o Brasil é descrito em uma digressão de forma dura e realista pela personagem Suzana, uma personagem que figura o tom de denúncia da narrativa da autora. Nesse sentido, a personagem representa em si todos os negros que sofreram com a violência da diáspora do período escravocrata, quando foram arrancados de sua terra natal e transportados em grandes embarcações com destino ao Brasil, para aqui serem tratados de forma semelhante ou pior do que animais. Na narrativa de Susana habita um discurso carregado de sofrimento, revolta e denúncia, ao relatar toda a violência que presenciou no navio negreiro:

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos as praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como animais ferozes das nossas matas que se levam para recreio dos potentados da Europa (REIS, 2009, p. 117).

A descrição minuciosa da escrava Susana, que viu e vivenciou os maus-tratos por parte dos colonizadores nos navios negreiros e na senzala, também tem o artifício e a estratégia de demonstrar toda a garra e vontade de sobrevivência e resistência criadas nos espaços destinados aos escravos, que não aceitavam passivamente a situação de subalternidade e se rebelavam contra seus ditos “senhores”. Tal prática subversiva e transgressora era prontamente respondida com violências físicas que deixaram fortes marcas na memória de Susana quando essa relata o tratamento que recebia:

Dava-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca; vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. [...] Nos dois últimos dias não houve mais alimento. Os mais insofridos entraram a vozear. Grande deus! Da escotilha lançaram sobre nós água e breu fervendo, que escaldou-nos e veio dar morte aos cabeças do motim (REIS, 2009, p. 83).

A narrativa de Maria Firmina dos Reis, em seu romance, nos capítulos e passagens destinadas aos três personagens escravos, consegue subverter a atenção do leitor da trama oficial, a saber, o drama de um amor proibido que acaba em desastre, comum nos folhetins romanescos, para a situação do negro no contexto oitocentista. Longe de qualquer anacronismo entre a personagem Susana e Oribela, que se encontra em um contexto histórico de século XVI, o que pretendemos mostrar aqui são as aproximações que essas duas mulheres tem dentro do processo diaspórico que as obrigaram a se deslocarem de seus países de origem para um destino onde a única certeza que tinham era a violência que sofreriam, que sempre era muito além do que se poderia imaginar, e da posição social que assumiriam, uma posição de minoria, de seres ex-cêntricos, termo que iremos explorar melhor a seguir.

Personagens ex-cêntricas, corpos que não pesam

Em sua obra *Poéticas do pós-modernismo* (1991), Linda Hutcheon cunha o termo “ex-cêntricos” para se referir aos sujeitos que estão à margem da sociedade, seja pela raça, seja pelo gênero, performando lugares e corpos considerados subalternos. Nas obras analisadas no presente artigo, temos em cada uma delas, personagens que se enquadram no conceito de Hutcheon: a preta Susana, em *Úrsula* e Oribela, em *Desmundo*. Essas personagens ex-cêntricas, levando em consideração o trato dispensado a elas, toda a violência e abuso físico e psicológico que sofrem, se enquadram, também, no que Judith Butler vai classificar em seu texto *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*, de 2001, como “corpos sem materialidade”, ou seja, “corpos que não pesam”, pois são corpos que não possuem liberdade de performance, nem autonomia de serem o que são. São corpos explorados, domesticados, escravizados e objetificados.

E em um contexto de colônia, tanto no século XVI, ao qual se passa a obra *Desmundo*, quanto no século XIX, em *Úrsula*, a visão que se tinha sobre as mulheres era de que eram seres inferiores, submissos. Em *Desmundo*, por exemplo, já no início da viagem, as mulheres são descritas como mau agouro nos navios, pois são “baús cheios pedras muito grandes e pesados” e que “só sabem reclamar sem motivo algum, só pelo prazer, feito os demós” (MIRANDA, 1996, p. 24), fala que vai de encontro à ideia que se tinha de que as mulheres traziam o pecado ou algo de maligno na alma, no caso das mulheres brancas, ou nem mesmo a possuíam, no caso das nativas e das escravas.

Ainda em relação ao corpo, a idealização das mulheres na época oitocentista em que se passa o romance *Úrsula*, se dava de maneira diferente no caso das mulheres negras escravas, que estando em posição de posse de seus senhores, eram violentadas sexualmente pelos patrões ou usadas nos ritos de iniciação sexual dos jovens, onde, além de violentadas, eram espancadas de forma cruel e desumana.

Voltando dois séculos, no contexto da obra *Desmundo*, em relação ao casamento das órfãs com os portugueses que na colônia se estabeleceram, não era muito diferente da forma como as escravas eram tratadas pelo seu senhorio no século XIX, pois o casamento também era marcado pelo abuso e pela violência. No romance de Ana Miranda isso fica muito claro, quando na noite de núpcias a protagonista Oribela é estuprada pelo próprio marido, o português Francisco de Albuquerque:

Os homens se serviram de suas esposas. [...] Para deitar, um monte de feno, mas a mim foi segurando Francisco de Albuquerque e derrubando. É acaso a leoa mais mansa que o leão? E lhe dei uma bofetada no rosto no que fez ele sem pensar uns modos de como se fosse

quebrar minha caveira, me fez tremer as carnes e o fervor dele, disto, era tão grande, em tal momento, que em muito breve espaço tudo meu estava como que em grilhões, entre suas forças, embaixo de seus pesos, a arrancar tudo que era seu e de Deus, cobrar sua repartição, seu quinhão que lhe valia por direito de esposo, como em mim havia de ser tudo seu, mas eu rogava que nada fosse tanto, entendendo de querer escapar de embaixo dele, de modo que se tinha dentes devia ser para cobrar as penas, quem deu foi pensando, assim foi Francisco de Albuquerque trabalhar sobre mim, recolher de minha boca o silêncio e a fechadura em sua boca (MIRANDA, 1996, p. 76).

Ao fazer a comparação da forma como a figura feminina é tratada nos dois romances, seja no contexto do século XVI, na figura da protagonista Oribela, seja no século XIX, na personagem preta Susana, fica evidente que a posição social da mulher na história sempre foi uma posição de submissão, onde seus corpos, sua liberdade, suas decisões sempre ficaram no encargo de seus maridos ou da figura masculina representada e legitimada pela igreja católica, pelo patriarcado ou pelo sistema escravocrata. Nesse contexto, cabe a reflexão sobre o processo de subalternidade do gênero feminino e como ele foi sendo construído e foi ganhando força com o passar dos séculos. Tal reflexão foi feita pela socióloga argentina María Lugones, que cunhou o termo “colonialidade de gênero” para se referir a esse processo de exploração dos gêneros, como veremos no próximo tópico.

A colonialidade de gênero

Segundo María Lugones (2008), em *Colonialidad y Género*, a colonialidade está presente em três bases principais: poder, saber e ser. A partir destas categorias, a autora começa a refletir sobre raça e gênero, elaborando o que denomina “colonialidade de gênero”. As mulheres colonizadas são inferiorizadas, objetificadas e sofrem a violência do colonizador, do patriarcalismo e da heteronormatividade. Essa violência histórica parte de um pressuposto que as transgressões de minorias como negros, mulheres ou homossexuais deveriam ser punidas pelo sistema patriarcal ou pelos colonizadores.

Lugones investiga, no texto, a intersecção entre raça, classe, gênero e sexualidade, na tentativa de entender a indiferença dos homens em relação às violências que mulheres de cor sofrem. Essas mulheres são vítimas da colonialidade do poder e da colonialidade de gênero. A socióloga quer entender como esses homens que também são vítimas da dominação racial e da colonialidade de poder podem ser indiferentes à violência contra a mulher por parte do Estado e do patriarcado branco.

A autora irá afirmar no texto que existem barreiras intransponíveis criadas pela indiferença em relação à violência sofrida pelas mulheres de cor e que, apesar de hoje haver lutas de feministas

de cor em torno da abordagem e revelação quanto às explorações violentas, elas não são suficientes para fazer com que os homens de cor, que também são vítimas, percebam que de certa forma acabam sendo cúmplices e/ou colaboradores na efetivação da dominação violenta das mulheres de cor.

Nesse sentido, a autora explica que o termo “mulheres” enquanto gênero, não é definido pela biologia. A associação colonial entre anatomia e gênero é parte da oposição binária e hierárquica. O surgimento de mulher como uma categoria reconhecível, definida anatomicamente e subordinada ao homem em todo tipo de situação, é resultado da imposição de um estado colonial patriarcal. E para essas mulheres, a colonização foi um processo duplo de inferiorização racial e subordinação de gênero. A autora afirma que uma das primeiras conquistas do estado colonial foi a criação de tal categoria, “mulheres”. Mesmo assim, as fêmeas “não-brancas” eram consideradas animais “sem-gênero” (LUGONES, 2008), sendo subordinadas e destituídas de poder

As mulheres excluídas por e nessa descrição não eram apenas suas subordinadas, mas também eram vistas e tratadas como animais, num sentido mais profundo do que a identificação das mulheres brancas com a natureza, com as crianças e com os pequenos animais. As fêmeas não brancas eram consideradas animais no sentido profundo de serem seres “sem gênero”, marcados sexualmente como fêmeas, mas sem as características da feminilidade (LUGONES, 2008, p. 94).¹

Segundo Lugones, as fêmeas racializadas como seres inferiores foram transformadas de animais a diferentes versões de mulher, “em tantas versões de ‘mulher’ quantas fossem necessárias para os processos do capitalismo eurocêntrico global” (LUGONES, 2008, p. 94).² Ao ler o texto da autora e suas considerações sobre o olhar do colono em relação às mulheres negras, se evidencia que a violência de gênero, de raça e de sexualidade, partiu de um processo de colonização do ser, tido como marginalizado, como inferior e que permanece ainda nos dias atuais, pois ainda existe o discurso que segrega o que estamos chamando, aqui, à luz de Hutcheon, de sujeitos ex-cêntricos, a saber, mulheres órfãs e negras. Os séculos se passaram, mas o preconceito e a violência permanecem muito presentes.

Pela voz de Oribela, em *Desmundo*, é possível ter uma ideia de como a sociedade colonial via a mulher. Segundo a historiadora Mary del Priori, em *História das mulheres: As vozes do silêncio* (2000), dentro desse contexto histórico, a mulher era domesticada no seio familiar, sendo

¹ Original: “Las hembras excluidas por y en esa descripción no eran solamente sus subordinadas sino también eran vistas y tratadas como animales, en un sentido más profundo que el de la identificación de las mujeres blancas con la naturaleza, con los niños, y con los animales pequeños. Las hembras no-blancas eran consideradas animales en el sentido profundo de ser seres «sin género», marcadas sexualmente como hembras, pero sin las características de la femineidad” (LUGONES, 2008, p. 94).

² Original: “en tantas versiones de ‘mujer’ como fueron necesarias para los procesos del capitalismo eurocentrado global” (LUGONES, 2008, p. 94).

privada de qualquer poder ou liberdade, tendo não só seus corpos regulados e domesticados, mas suas almas e seu intelecto. Essa domesticação vai de encontro ao que Lugones fala em seu texto ao se referir a colonialidade do poder, do ser, do saber e, por fim, de gênero.

O patriarcalismo sempre esteve presente na sociedade e na literatura, tratando a questão de gênero como uma questão de poder. Nesse ínterim, os estudos da história e da literatura tem um papel importante para questionar e problematizar os discursos higienizados e cristalizados, não apenas do cânone literários, quanto dos registros históricos aos quais temos acesso e que quase sempre contam com uma versão unilateral dos fatos, inviabilizando o relato a partir da perspectiva feminina. Houve um processo longo e cruel, onde muitas escritoras e historiadoras foram apagadas pelo processo de higienização ou subalternação, que só começa a perder força já na contemporaneidade, na literatura e nos estudos produzidos no final do século XX.

Os processos de apagamento e de imparcialidade nos estudos históricos e nas produções literárias levam a outra questão recorrente quando o que está em foco é a veracidade das narrativas, e que tem sido problematizado com muita recorrência nos últimos anos, que é a questão do lugar de fala. De alguns anos para cá, muito tem se debatido em relação ao discurso e a legitimidade ou autorização das minorias para serem representadas por aqueles que de fato não conhecem o estigma que suas posições sociais lhes legaram com o passar dos séculos. Nos romances em tela, a questão da representatividade e do lugar de fala é muito marcante, uma vez que temos dois romances escritos por mulheres cujas personagens, também mulheres, ganham voz para denunciarem toda a violência física, verbal e epistemológica que sofrem, cada uma dentro de seu contexto histórico. Por ser uma questão de suma importância, discutiremos sobre ela com mais detalhes a seguir.

Lugar de fala das personagens Susana e Oribela

Maria Firmina dos Reis em sua obra de maior destaque consegue um grande feito para sua época, além de ser a primeira autora a abordar a questão da escravidão em um romance, a autora renova a forma de narrar a história das mulheres negras ao dar protagonismo a essas personagens, mesmo que não seja no todo do romance, mas em capítulos e trechos pontuais, dando-lhes lugar de fala para que tenham a possibilidade de reescreverem a história, apresentando o lado do oprimido ao leitor, desvelando os fatos ao tirar o véu utilizado na escrita dos autores canônicos com suas penas polidas. Essas personagens, mesmo que secundárias no romance, ganham protagonismo, podendo dizer o que sentem e o que pensam.

Nas falas da preta Susana, Maria Firmina dos Reis projeta as vozes de todos aqueles que

foram vítimas do sistema escravocrata, que foram oprimidos, violentados e silenciados pela história. Nesse sentido, a personagem tem grande relevância, caracterizada no seu discurso denunciante, em uma perspectiva que não olha apenas para a própria dor, mas para a perspectiva coletiva, de sua raça, de sua etnia.

A autora permite que a mulher negra saia de seu lugar social de escrava e assuma o lugar de denunciante, de alguém que tem a possibilidade de narrar sua história, de ser ouvida, de deixar algum registro que apresente os fatos como eles realmente aconteceram, livres de véus ou de pudor. Apresenta assim a verdade nua e crua de todo sujeito escravizado por um sistema que durou séculos e séculos, vitimando muitas vidas.

Maria Firmina dos Reis reserva no romance um capítulo inteiro para que Susana relembre sua trajetória. Do seu lugar de origem, da liberdade no continente africano, da diáspora nos navios negreiros ao seu lugar de destino, à dura vida que ele lhe reservava. Apesar de ser um capítulo breve, o capítulo IX serve para que a autora insira no romance questões que envolvem toda a atrocidade a qual os negros eram submetidos. Sendo Maria Firmina dos Reis negra, ela tinha um compromisso social em fazer tal denúncia, e o faz dando a sua personagem Susana, o papel de guardiã da memória do povo africano, apresentando de forma inédita na literatura brasileira, as sociedades africanas como povos dotados de humanidade, sendo descritos como uma sociedade que possui suas raízes culturais e suas relações sociais.

Como lembra Algemira Macêdo Mendes, no artigo *O discurso antiescravagista em Úrsula, de Maria Firmina dos Reis* (2001), a autora faz um relato sobre a escravidão a partir do ponto de vista dos escravos, dando-lhes uma oportunidade impossível e impensável em seu tempo, que era a de falar, e o lugar de fala, que por séculos foi amordaçado, silenciado, finalmente lhes é permitido, para que pudessem relatar suas memórias não apenas da sua terra natal, como da diáspora até chegar ao Brasil e da violência a qual eram submetidos em tal travessia. Em *Úrsula*, Maria Firmina dos Reis dá ao negro uma posição que até então lhe tinha sido negada, a posição de ser humano “privilegiado, portador de sentimentos, memória e alma” (MENDES, 2011).

Já em *Desmundo*, Ana Miranda busca reescrever a história da colonização do Brasil com muita criatividade, ao utilizar uma linguagem elaborada e o recurso da metaficção historiográfica, partindo de um fato real histórico para a problematização e a reescrita da história, dando, assim como fez Maria Firmina dos Reis em seu romance, voz e lugar de fala à mulher, silenciada por um sistema patriarcal e machista, que a lega a uma posição submissa, do qual a protagonista Oribela não aceita. Dessa forma, subverte tanto o padrão histórico, no qual o discurso narrativo é

majoritariamente masculino quanto o padrão literário, onde também habita a figura masculina.

No registro oficial nos anais da história, a figura predominante é a do homem. O homem desbravador, conquistador, colonizador e líder, enquanto a participação das mulheres recebe quase que nenhum registro, quando não, uma posição de subalternidade e pouca importância. Basta pegarmos o exemplo da própria Maria Firmina dos Reis, autora negra que em pleno regime escravocrata conseguiu escrever um romance de fôlego e que tinha certo reconhecimento literário e circulação em seu tempo, mas que ainda hoje sofre com silenciamento nos materiais didáticos e nos estudos do romantismo brasileiro, período da historiografia literária onde se situa.

Mesmo com as tentativas de subalternidade e de apagamento da figura feminina na construção da história da sociedade e da literatura brasileira, sabemos que sua participação foi importante para o desenvolvimento da colônia e, posteriormente, a República brasileira. Mesmo com a higienização que por séculos deu tom aos registros históricos e literários que compõem a nossa história, os estudos feministas e estudos de gênero têm ganhado força, e o futuro parece ser promissor no que se diz respeito às investigações em torno da representatividade feminina nos primeiros séculos da história do Brasil. Fica a esperança de que estudos como este artigo, que faz parte de um projeto de pesquisa de doutoramento em andamento, possa realmente vir a contribuir para que o lugar de fala seja um direito garantido a todos que passaram e passam pelo processo de silenciamento histórico, dando-lhes o direito de problematizar e contestar tanto a história quanto a literatura.

Considerações Finais

Como vimos ao longo deste artigo, a questão da diáspora feminina nos romances de Maria Firmina dos Reis e Ana Miranda se dá de forma diferente, mas as personagens femininas das obras passam por processos de violência semelhantes, uma vez que o lugar social destinado a mulher não se diferencia do século XVI, contexto histórico em que se passa a metaficção historiográfica *Desmundo* para o século XIX, onde se insere o romance *Úrsula*. Esse lugar social, de submissão e subalternidade, é o que nos permite fazer o uso, mesmo que correndo o risco de anacronismo, do termo ex-cêntrico, cunhado por Linda Hutcheon para se referir aos sujeitos que estão fora do centro, na margem do que uma sociedade totalizadora ou hegemônica espera.

Nesse sentido, mulheres órfãs e mulheres negras compõem o grupo minoritário e marginalizado ao qual Hutcheon se refere. Essas mulheres acabam passando por processos que deslegitimam suas alteridades, tirando-lhes a liberdade, o que para Judith Butler as tornam corpos

imateriais, corpos sem substância e substrato, corpo que não pesam pois são isentos daquilo que é inerente a todo ser humano, que é sua subjetividade. Assim, essas mulheres acabam se tornando objetos de exploração física, epistêmica e sexual dos seus maridos, dos representantes da Santa Igreja ou dos colonizadores. Além de terem seus corpos deslegitimados, perdem também seus lugares de fala, sendo silenciadas e impossibilitadas de denunciarem a violência da qual são vítimas.

Esse processo de violência contra as minorias é histórico e está ligado ao que Lugones entende como colonialidade de gênero, onde as minorias são vistas como sujeitos subalternos ao padrão branco, patriarcal, heteronormativo e binário, que vê como ex-cêntricos esses sujeitos que transgridem o modelo pré-estabelecido pela sociedade através de seus costumes e crenças, independente do período histórico em tela, uma vez que passados séculos desde as inquisições da Santa Igreja na colônia até os dias atuais, a violência de gênero e raça ainda hoje é uma dura realidade que vitima mulheres e negros no Brasil.

Existiu um processo de inferiorização e objetificação das minorias que sofreram a violência do colonizador e do patriarcado, processo esse que ainda se faz presente na sociedade atual. Ao falarmos de um romance escrito no século XIX, contemporaneamente à questão da escravidão no Brasil e de uma metaficção historiográfica escrita e publicada no século XX, mas que se passa no século XVI, não nos preocupamos com erros cronológicos que tal relação possa causar, uma vez que, infelizmente quando se trata da forma como a mulher e o negro foram e são tratados no Brasil, seja ele ainda uma colônia portuguesa ou já como uma república federativa, pouca coisa mudou ou evoluiu nos seus seis séculos de história.

Com essa triste constatação em questão, fica evidente que só através da problematização do passado, das diásporas, da colonização e do colonialismo, seja ela feita pelo viés literário ou pelo viés histórico, é possível vislumbrar um futuro melhor para o que ainda hoje é tido como minoria, a saber, a mulher, o negro e o homossexual, mesmo depois de uma suposta evolução social e de conquistas de direitos.

A literatura tem um grande papel social, assim como os estudos históricos. Seja trabalhando com o factual, seja trabalhando com o real, ambas conseguem trazer à tona aquilo que grupos seletos tentaram apagar ou silenciar, e ainda tentam. É dever da literatura e da história combater tais processos de apagamento, para que os erros do passado fiquem no passado, não encobertos ou velados, mas expostos para que não sejam repetidos pelos séculos vindouros e pela sociedade que está em constatare transformação.

Que o corpo, o lugar de fala e o livre exercício de ser e pensar seja de direito de todos, e que

o preconceito e a violência de gênero, raça, etnia e orientação sexual fiquem no passado, assim como ficaram os navios negreiros, atracados em algum lugar do passado. E que lá permaneçam para todo sempre.

Referências

ALÓS, Anselmo Peres; SCHMIDT, Rita Terezinha. Margens da poética/poéticas da margem: o comparatismo planetário como prática de resistência. **Organon**, v. 23, n. 47, 2009, p. 129-145.

ABREU, Alexandre Veloso de Abreu. Deslocamentos para o Desmundo: colonialismo e diáspora no romance de Ana Miranda. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 9: Diásporas, diversidades, deslocamentos. Florianópolis: **Anais dos Seminário Internacional Fazendo Gênero**, 2010, p. 01 – 04.

ALVES, Alcione Corrêa; CARVALHO, Jéssica Catherine Barbosa de. Representações da mulher negra nos romances Úrsula e Eu, Tituba, feiteiceira... negra de Salem. **Verbo de Minas**, v. 15, n. 26, 2014, p. 16-30.

ANDRETA, Bárbara Loureiro. A literatura afro-brasileira de autoria feminina: um estudo de Úrsula, de Maria Firmina dos Reis. **Revista Ao pé da Letra**, v 15, n. 2, 2013, p. 29-50.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 151-172.

CARVALHO, Jéssica Catharine Barbosa de; ALVES, Alcione Corrêa. Representações da mulher negra nos romances Úrsula e Eu, Tituba, feiteiceira... negra de Salem. **Verbo de Minas**, v. 15, n. 26, 2014, p. 16-30.

DEL PRIORE, Mary. **Ao Sul do Corpo: Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro, RJ: José Olímpio; Brasília, DF: Edunb, 1993.

DEL PRIORE, Mary. História das mulheres: As vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos César (Org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. 3ª Ed. - São Paulo: Contexto, 2000.

ELIAS, Ieda Maria Sorgi Pinhaz; MARSON, Cíntia Roberto. Desmundo: uma experiência de exílio e (re)construção identitária. **Caderno Seminal Digital**, v. 32, n. 32, 2018, p. 160-191.

FRANZ, Priscila Reis. A viagem de Oribela em Desmundo. **Revista Eletrônica de Crítica e Teoria de Literaturas**, v. 04, n. 01, 2008, p. 01-12.

GLISSANT, Édouard. **Introdução à uma poética da diversidade**. Juiz de fora: Editora UFJF, 2005.

HUTCHEON, L. **Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, n. 09, 2008, p. 73-101.

MIRANDA, Ana de N. **Desmundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MENDES, Algemira Macêdo. O discurso antiescravagista em *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis. **Cerrados**, v. 20, n. 31, 2011, p. 75 - 92.

MENDES JÚNIOR, Simião. A voz feminina no romance histórico *Desmundo*, de Ana Miranda. **Revista Estudos em Letras**, v. 2, n. 1, 2021, p. 189-200.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula: A Escrava**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUCMinas, 2009.

SAID, Edward. Reflexões sobre o exílio. In: SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.46-60.

SILVA, Danielle de Luna e. Diáspora, maternidade e afrodescendência em *Úrsula* e *A escrava*, de Maria Firmina dos Reis. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. Florianópolis: **Anais Eletrônicos Fazendo Gênero**, 2013, p. 01-07.

SILVA, Maria Valdenia da; RODRIGUES, Francisca Lisiani da Costa. A voz feminina e negra na literatura brasileira oitocentista: a autora e as personagens de *Úrsula*. **Afluente**, v. 03, n. 08, 2018, p. 01-20.

ZORZO, Solange Salete Toccolini. A voz ex-cêntrica da personagem Oribela em *Desmundo*. **Policromias**, 2017, p. 111-122.

Recebido em: 19 de março de 2022.

Aprovado em: 10 de maio de 2022.